

PERFIL SOCIOECONÔMICO E DESTINO OCUPACIONAL DE COTISTAS EGRESSOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UENF

Ana Carolina de de Lyrio¹
Amanda Leal Castelo Branco²
Shirlena Campos de Souza Amaral³

Resumo

Este artigo buscou identificar as trajetórias acadêmicas e o destino ocupacional dos estudantes cotistas egressos dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, tendo como pano de fundo as políticas de ações afirmativas e seus efeitos como instrumentos de viabilização do acesso de grupos minoritários ao ensino superior. Esta pesquisa objetivou conhecer e analisar os perfis socioeconômico e cultural desses alunos, suas condições de escolarização, os marcadores do processo de escolha pelo curso superior e o destino ocupacional que tiveram. Como metodologia, foi utilizada a abordagem qualitativa *survey* e aplicado questionário estruturado, enviado por e-mail pela Secretaria de Graduação da UENF, a partir de formulário do *Google*. O recorte da pesquisa compreendeu os estudantes negros e os oriundos de escolas públicas que se graduaram na instituição nos anos de 2008 a 2018, de todos os 17 cursos ofertados. Dos 266 questionários enviados, 17,7% (n=47) foram respondidos. Destes, 70,2% (n=33) são cotistas oriundos de escolas públicas, e 29,8% (n=14) são cotistas negros. Os respondentes têm origem nas camadas populares da sociedade e, portanto, são detentores de um baixo volume de capitais econômico e cultural. Apesar disso, possuem trajetórias escolares prolongadas, inclusive para além da conclusão do ensino superior, já que 60,9% (n=29) cursaram ou estavam cursando a pós-graduação no momento de aplicação do questionário. Os dados levantados corroboram a ideia de ampliação das oportunidades de escolarização para um público que, até recentemente, era excluído dos cursos de graduação e, conseqüentemente, de pós-graduação brasileiros.

Palavras-chave: Políticas afirmativas; Trajetórias; Cotistas egressos.

SOCIOECONOMIC PROFILE AND OCCUPATIONAL DESTINY OF QUOTA HOLDERS WHO GRADUATE FROM UENF UNDERGRADUATE COURSES

Abstract

The theme of this article is the academic trajectories and occupational destiny of quota holders who graduate from UENF undergraduate courses. As a background,

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

² Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

³ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

there is the assessment of affirmative action policies as an instrument for enabling minority groups to access higher education. The objective is to know and analyze the socioeconomic and cultural profiles of the egress quota holders, the conditions of schooling, the markers of the process of choosing higher education and their occupational destiny. This is a research with a qualitative approach with a survey and a structured questionnaire sent by the Undergraduate Department of UENF, sent by e-mail with a Google form, was used. The research cut focuses on black students and students from public schools who graduated from UENF in the years 2008 to 2018 from all 17 courses at the institution. Of the 266 questionnaires sent, 17.7% (n=47) were answered. Of these, 70.2% (n=33) of the respondents are quota holders from public schools and 29.8% (n=14) are black quota holders. The egress quota holders come from the lower classes of society, therefore, they hold a low volume of economic and cultural capital. Despite this, they have long school trajectories, even beyond the completion of higher education, since 60.9% (n=29) attended or were attending postgraduate studies at the time the questionnaire was applied. The data collected corroborate the idea of expanding schooling opportunities for a public until recently excluded from Brazilian undergraduate and, consequently, postgraduate courses.

Keywords: Affirmative policies; Trajectories; Egress shareholders.

PERFIL SOCIOECONÓMICO Y DESTINO OCUPACIONAL DE LOS CONTINGENTES EGRESADOS DE CARRERAS DE GRADO DE LA UENF

Resumen

Este artículo buscó identificar las trayectorias académicas y el destino ocupacional de los estudiantes de cupo que egresaron de cursos de graduación en la Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, en el contexto de las políticas de acción afirmativa y sus efectos como instrumentos para posibilitar el acceso de grupos minoritarios a educación más alta. Esta investigación tuvo como objetivo conocer y analizar los perfiles socioeconómicos y culturales de estos estudiantes, sus condiciones de escolarización, los marcadores del proceso de elección de la educación superior y el destino ocupacional que tuvieron. Como metodología se utilizó el enfoque de encuesta cualitativa y se aplicó un cuestionario estructurado, enviado por correo electrónico por el Departamento de Pregrado de la UENF, utilizando un formulario de Google. El corte de la investigación incluyó a estudiantes negros y de escuelas públicas que se graduaron de la institución en los años 2008 a 2018, de los 17 cursos ofrecidos. De los 266 cuestionarios enviados, se respondió el 17,7% (n=47). De ellos, el 70,2% (n=33) son titulares de cuotas de escuelas públicas y el 29,8% (n=14) son titulares de cuotas negros. Los encuestados provienen de los estratos populares de la sociedad y, por tanto, poseen un bajo volumen de capital económico y cultural. Pese a ello, tienen trayectorias escolares prolongadas, incluso más allá de la conclusión de la educación superior, ya que el 60,9% (n= 29) cursaba o cursaba estudios de posgrado al momento de la aplicación del cuestionario. Los datos recopilados corroboran la idea

de ampliar las oportunidades de escolarización de un público que, hasta hace poco, estaba excluido de las carreras brasileñas de pregrado y, en consecuencia, de posgrado.

Palabras clave: Políticas afirmativas; trayectorias; Accionistas egresados.

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos centrais das políticas afirmativas é contribuir para que jovens e adultos, partes fundamentais da diversidade populacional, alcancem, por meio da educação superior, postos de poder e de decisão que só podem ser ocupados a partir desse nível de escolaridade. Em médio e longo prazo, as ações afirmativas restituem direitos e contribuem para a superação de estigmas e preconceitos que ainda são utilizados para justificar as desigualdades escolares e sociais (LÁZARO, 2016).

Na década de 1990, essas políticas ganharam centralidade no enfrentamento da histórica exclusão dos grupos minoritários do acesso ao ensino superior. A participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e a adesão à Declaração e Plano de Ação de Durban geraram, em nível de Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais, o lançamento de programas e/ou projetos destinados a beneficiar os afrodescendentes brasileiros (HERINGER, 2002).

No período de 2002 a 2012, 122 instituições públicas de ensino superior implementaram um dos quatro tipos de políticas de ação afirmativa, são elas: cotas, subcotas, vagas e bônus (CARVALHO, 2016). A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) foram pioneiras nesse processo, e desencadearam debates de legisladores, juristas, intelectuais e da sociedade civil com posicionamentos favoráveis e contrários à política.

Do ponto de vista institucional, as ações afirmativas se consolidaram em 2012, com o reconhecimento da constitucionalidade da política de cotas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo ano, o Congresso Brasileiro aprovou a Lei Federal 12.711/2012 (BRASIL, 2012) que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. Nesse contexto,

o sistema de cotas para ingresso na pós-graduação já é uma realidade em instituições como a UENF, UERJ, Universidade Federal de Goiás (UFG), entre outras.

A política de cotas, ao lado de outras políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos do ensino superior, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), entre outros, começa a alterar o perfil socioeconômico do estudante de graduação das diversas instituições de ensino brasileiras.

É possível observar, em todos os cursos, sejam eles mais ou menos competitivos, a redução do número de estudantes ricos que ingressam na educação superior. Ademais, diminui gradativamente a quantidade de alunos filhos de pais com essa escolaridade, indicando que as classes populares começam a ter oportunidades de acesso (RISTOFF, 2014). O que, nos dizeres de Bourdieu e Champagne (2015), evidencia a entrada no jogo escolar universitário de categorias sociais historicamente excluídas do ensino superior.

No que se refere à cor, embora muito lentamente, o curso de Medicina desde sempre branco e elitizado, torna-se menos branco a cada edição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Contudo, para além do acesso, outros desafios se apresentam! A permanência e a conclusão dos cursos por parte desse novo público, especificamente os cotistas, são demandas a serem atendidas pelas instituições, pelos atores envolvidos no processo de escolarização desses estudantes e por eles próprios.

É preciso ressaltar que as políticas de assistência estudantil ainda engatinham e, mesmo quando existem, não alcançam todos os estudantes que as solicitam. A inserção dos cotistas egressos no mercado de trabalho também precisa ser acompanhada, pois os estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2015; HERINGER, 2018).

Diante disso, passado o período de consolidação, o momento atual é de avaliação do alcance das políticas de ação afirmativa para acesso ao ensino superior, sobretudo para as pesquisas acadêmicas. Referindo-se ao acesso ao jogo escolar por parte de categorias sociais até então excluídas, na França dos anos de 1950, Bourdieu

e Champagne (2015) afirmam que após um período de ilusão e até mesmo de euforia, os novos beneficiários começaram a perceber que o acesso aos mais altos níveis de escolaridade não significava alcançar o êxito e tampouco as posições sociais mais elevadas.

Nas palavras dos autores, o sistema de ensino tornou-se amplamente aberto a todos e estritamente reservado a alguns. Tudo isso sob a “[...] façanha de reunir as aparências da ‘democratização’ com a realidade da reprodução que passou a realizar-se em um grau superior de dissimulação, e, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2015, p. 250). Trata-se do efeito de excluídos do interior, que mascara as desigualdades sociais, sob o pretexto de que o ensino se tornou atingível por todos.

Esse efeito manifesta-se de diferentes maneiras e, em um país como o Brasil, ocorre antes mesmo do acesso ao ensino superior, já que a escolarização básica realizada no ensino público de baixa qualidade dificulta a aquisição de credenciais para acessar cursos e/ou instituições de reconhecido prestígio social. No entendimento de Bourdieu e Passeron (2014, p. 16), configuraria uma “[...] forma mais oculta de desigualdade”. Assim, o efeito dos excluídos do interior revela-se nas escolhas entre os diferentes percursos no interior das universidades (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017).

Além disso, a tese da translação global das distâncias (BOURDIEU, 2015a) demonstra que há sempre o risco de que as novas oportunidades ofertadas pelos sistemas de ensino sejam aproveitadas de formas distintas pelos atores em função dos recursos desiguais de que dispõem. “As distâncias que separam os diferentes grupos sociais em termos culturais e escolares, manter-se-iam e reconstituir-se-iam incessantemente, embora em patamares variados” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017, p. 57). Logo, a distância entre os diferentes grupos permanece, mesmo que em um novo patamar (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017).

Nesse sentido, quatro perguntas nortearam a construção desta pesquisa: quais os perfis socioeconômico e cultural dos cotistas egressos dos cursos de graduação da UENF? Quais foram as condições de escolarização desses sujeitos? Como se deu o processo de escolha do curso superior? Qual o destino ocupacional dos cotistas egressos? Esses questionamentos serão respondidos ao longo deste artigo, que está amparado nos referenciais teóricos da Sociologia da Educação, sobretudo nas reflexões de Pierre Bourdieu e seus intérpretes.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Não nos preocupamos com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social. “O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja esta, pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Apesar de termos trabalhado com dois grupos, os cotistas negros e os oriundos de escolas públicas, egressos dos cursos de graduação da UENF, não estabelecemos comparações entre eles.

Quanto ao procedimento, foi adotado o método *survey*, uma vez que busca as informações que se quer obter diretamente com o grupo de interesse. Esse tipo de investigação pode ser descrito como a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002).

Segundo Raupp e Reichele (2003), uma das vantagens do questionário é a possibilidade de aplicação simultânea do instrumento, o que para este trabalho foi fundamental, já que os sujeitos são egressos e a dificuldade de serem contatados demandou a otimização de tempo, proporcionada pela aplicação do instrumento. O questionário foi enviado pela Secretaria de Graduação da UENF, via e-mail, a partir de formulário do Google.

Embora na UENF haja reservas de vagas para negros, indígenas, oriundos de escolas públicas, deficientes e filhos de militares mortos em combate, o recorte desta pesquisa privilegia os estudantes negros e os oriundos de escolas públicas, uma vez que estes são quantitativamente mais representados no conjunto de egressos. Além disso, trabalhamos com sujeitos que se graduaram nos anos de 2008 a 2018, pois nesse período todos os sujeitos foram submetidos aos mesmos critérios de seleção implementados pela Lei n.º 4151, de 04 de setembro de 2003 (RIO DE JANEIRO, 2003) e pela Lei n.º 5.346/2008 (RIO DE JANEIRO, 2008).

Todos os 17 cursos de graduação na modalidade presencial foram pesquisados, são eles: Administração Pública, Agronomia, Biologia (Licenciatura), Ciência da Computação, Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências sociais, Engenharia Civil,

Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Metalúrgica, Licenciatura em física, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Química, Medicina Veterinária e Zootecnia.

O questionário foi enviado durante um ano, do dia 17 de maio de 2019 ao dia 17 de maio de 2020, uma vez ao mês, a um total de 266 sujeitos que constavam na base de dados da Secretaria de Graduação. Dos 266 questionários enviados, 17,7% (n=47) foram respondidos. Destes, 70,2% (n=33) são cotistas oriundos de escolas públicas, e 29,8% (n=14) são cotistas negros. Buscamos garantir o maior número de respondentes, ainda que não tivéssemos a preocupação com a constituição de uma amostra considerada representativa da população.

Resultados

Perfis socioeconômico e cultural dos cotistas egressos

Os dados indicam que 57,4% (n=27) dos egressos tinham na ocasião da aplicação do questionário entre 26 e 33 anos; 38,3% (n=18), de 19 a 25 anos; e 4,3% (n=2), de 34 a 41 anos. Um percentual de 49% (n=23) são do sexo feminino e 51% (n=24) são do sexo masculino.

Em relação ao estado civil, 74,5% (n= 35) são solteiros e 25,5% (n=12) são casados ou possuem união estável. Apuramos também que 93,6% (n=44) não têm filhos e 6,4% (n=3) são pais ou mães. Acerca da cor, 46,8% (n=22) se autodeclaram brancos; 27,7% (n= 13), pretos; 23,4% (n=11), pardos; e 2,1% (n=1), indígena.

A origem geográfica

Os dados sobre origem geográfica dos cotistas egressos foram divididos em quatro categorias: Campos dos Goytacazes e microrregião; demais cidades do Rio de Janeiro, excetuando Campos dos Goytacazes e microrregião; e outros estados. A maior parte, 51,2% (n=24), origina-se de Campos e microrregião. Das demais cidades do Rio de Janeiro provieram 38,2% (n=18). São em menor número os estudantes cotistas de "outros estados", perfazendo um total de 10,6% (n=5).

Os dados evidenciam que a metade dos egressos já residia na cidade onde se localiza a universidade ou em seu entorno, o que reduz os custos dos deslocamentos e

favorece a permanência material no ensino superior. Nessas condições, a permanência revela-se menos dispendiosa e menos dependente da assistência estudantil do que para aqueles egressos naturais das demais cidades do Rio de Janeiro ou de outros estados brasileiros. Isso explica, em parte, a situação observada.

Outra explicação possível é o fato de a UENF ter sido a primeira universidade pública a ser implantada na região norte fluminense no ano de 1993 e, atualmente, se encontra em franco processo de consolidação, sendo apontada como um exemplo de excelência no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão (SILVA *et al.*, 2018). Assim, é preciso levar em conta os efeitos que a UENF produz em termos de aspirações educacionais nos estudantes de Campos dos Goytacazes e das cidades onde a universidade é muito conhecida e celebrada nos diferentes meios sociais.

A herança familiar

Tendo em vista as preocupações teóricas de Pierre Bourdieu, pautadas na busca por compreender a ordem social de uma maneira inovadora, que escape tanto ao subjetivismo (consciente, autônomo e intencional), quanto ao objetivismo (externa e inflexível às ações do indivíduo), podemos notar que o ator da Sociologia da Educação não é um indivíduo isolado, consciente e reflexivo, tampouco um sujeito determinado e mecanicamente submetido às condições objetivas em que ele age, como assim o define. Cada capital econômico, o capital social e o capital cultural caracterizam o indivíduo em termos de sua bagagem socialmente herdada e podem ser colocados a serviço do sucesso escolar (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017).

Investigamos as variáveis clássicas da Sociologia da Educação, as escolaridades e as profissões dos pais e das mães. No que diz respeito à ocupação do pai, obtivemos resposta de 45 sujeitos. Destes, 22, 2% (n= 10) são ou foram agricultores durante a maior parte da vida; 20% (n=9) atuam ou atuaram na construção civil; 15,6% (n=7), no comércio, e igual porcentagem de funcionários públicos do poder Municipal, Estadual ou Federal; 8,9% (n=4) são autônomos; 6,7% (n= 3), da indústria; e 11% (n=5) não sabem ou desconhecem os pais.

Em relação à ocupação das mães, obtivemos 47 respostas. Um percentual de 27,7% (n=13) trabalha no lar, sem remuneração; 19,1% (n= 10) são ou foram domésticas; 8,5% (n= 4), autônomas; 6,4% (n= 3), professoras ou técnicas de nível superior; 10,6% (n= 5), funcionárias públicas do poder Municipal, Estadual ou

Federal; 8,5% (n= 4) atuam no comércio; 4,3% (n=2), na indústria; 6,4% (n= 3), na agricultura; e 8,5% (n=6) são aposentadas, pensionistas ou não trabalham.

Tais ocupações garantiram a 51,1% (n= 24) uma renda familiar de 1 a 2 salários mínimos na maior parte da vida; 31,9% (n= 15) tinham renda de 2 a 5 salários mínimos; e 17% (n=8), renda de até 1 salário mínimo. Esses dados evidenciam um baixo volume de capital econômico tomado em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso, inclusive escolas, cursos de idiomas, cursos preparatórios para ingresso no ensino superior, entre outros (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017).

Em relação ao nível de escolaridade do pai, obtivemos 43 respostas. Cursaram os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) 44,2% (n= 19); 9,3% (n=4), os anos finais (6º ao 9º ano); 20,9% (n= 9) completaram o ensino médio; 11,6% (n= 5) cursaram o ensino médio incompleto; 2,3% (n=1), o ensino superior completo; 2,3% (n=1), pós-graduação; e 9,3% (n=8) não estudaram.

Quanto às mães, obtivemos 46 respostas. Um percentual de 39,1% (n=18) cursou os anos iniciais do ensino fundamental e 10,9% (n=5), os anos finais; 26,1% (n=12), o Ensino Médio completo e 10,9% (n=5), ensino médio incompleto. O restante, 6,5% (n=3), cursou ensino superior completo; 2,2% (n=1), a pós-graduação; e 4,3% (n=2) não estudaram.

De acordo com Bourdieu (2015b), o capital cultural familiar é medido pelo nível de escolaridade dos ascendentes de duas gerações de ambas as linhagens. Nesse sentido, os dados sobre a escolarização dos pais e das mães nos permitem fazer uma avaliação preliminar acerca do baixo volume de capital cultural institucionalizado dos pais e das mães dos cotistas egressos.

Nogueira e Nogueira (2017) entendem por capital cultural institucionalizado aquele que se manifesta pelo reconhecimento institucional de competências culturais objetivadas na forma de diplomas e todos os tipos de certificados escolares. Assim, quanto mais elevado o grau de escolaridade, maior é o volume de capital cultural institucionalizado.

Do ponto de vista de Bourdieu, a herança cultural é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e conseqüentemente pelas taxas de êxito. Com diploma igual, a renda não exerce nenhuma influência própria sobre o êxito escolar. Ao contrário, com renda igual, a proporção de "bons alunos"

varia significativamente segundo o pai não seja diplomado, o que permite dizer que a ação familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural (BOURDIEU, 2015b). Bourdieu e Passeron (2014, p. 23) já alertavam que [...] “os obstáculos econômicos não são suficientes para explicar o fato de que as taxas de ‘mortalidade escolar’ diferem tanto segundo as classes sociais”. Em outras palavras, reiteram que o capital cultural é determinante para o êxito ou o fracasso escolar dos estudantes.

Os dados referentes à herança familiar dos cotistas negros e dos oriundos de escolas públicas, egressos dos cursos de graduação da UENF, corroboram a afirmação de Zago (2006) de que existe um grupo de estudantes pobres em capital econômico e cultural que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares para ingressarem e permanecerem nas universidades públicas.

Todavia, Salata (2018) alerta que o peso da origem social sobre as chances de ingresso no ensino superior ainda é muito marcante. Jovens provenientes de famílias de classes mais altas, com maior acúmulo de capital econômico e, principalmente, cultural, ainda hoje possuem chances muito mais altas de atingir e concluir aquele nível de ensino do que jovens das camadas populares. Em suma, o ensino superior brasileiro não se restringe aos “eleitos” (BOURDIEU; PASSERON, 2014), mas estes ainda estão numericamente melhor representados.

Característica demográfica do grupo familiar

Em relação ao tamanho das famílias, a maior parte dos egressos possui poucos componentes em seu grupo familiar, incluindo o egresso e residindo na mesma casa: 95,7% (n=45) possuem de 2 a 5 pessoas; 2,1% (n=1), 6 pessoas; e 2,1% (n=1), mais que 10 pessoas. Para Bourdieu (2015a), os filhos das classes populares que chegam até o ensino superior parecem pertencer a famílias que diferem da média de sua categoria tanto por seu nível cultural global, quanto pelo tamanho da família. Segundo o autor, em vez de ver no número de filhos a explicação causal para uma taxa de escolarização reduzida, é necessário, talvez, supor que a vontade de limitar o número de nascimentos e a vontade de elevar as crianças a níveis mais altos de escolarização exprimem nos sujeitos que a reúnem uma mesma disposição ascética.

As condições de escolarização no ensino médio e no ensino superior

Um percentual de 91,5% (n=43) cursou o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. Destes, 37,2% (n=16), em escolas públicas federais e 54,3% (n=27), em escolas estaduais. Um percentual de 6,4% (n=3) estudou somente em escola particular e de 2,1% (n=1) realizou a maior parte em escola particular. Sobre a modalidade de ensino, 66% (n=31) cursaram o ensino médio regular e 34% (n= 16), o Ensino Médio técnico. Os dados sobre o tempo de conclusão apontam que 91,5% (n=43) cursaram o ensino médio em 3 anos e 8,5% (n=4), em 4 anos, denotando ausência de retenções para todos os sujeitos. Aqueles que cursaram em 4 anos o fizeram devido a esse tempo de duração do curso técnico concomitante ao médio.

Em relação à rede a qual se vincula os estabelecimentos públicos de ensino médio frequentados pelos cotistas egressos, é preciso levar em conta, de um lado, que as escolas públicas federais, em função da melhor estrutura escolar que proporcionam aos estudantes, são utilizadas pelas famílias providas de capitais, dentre eles o capital cultural, como um mecanismo que assegura vantagens na competição por vagas no Ensino superior (MONT'ALVÃO, 2011 apud HENRIQUE; LACERDA, 2016). De outro lado, é necessário considerar que as escolas estaduais em cidades pequenas e médias, onde as redes escolares são menos complexas, são menos afetadas por processos de segregação escolar e mais eficazes (HENRIQUE; LACERDA, 2016).

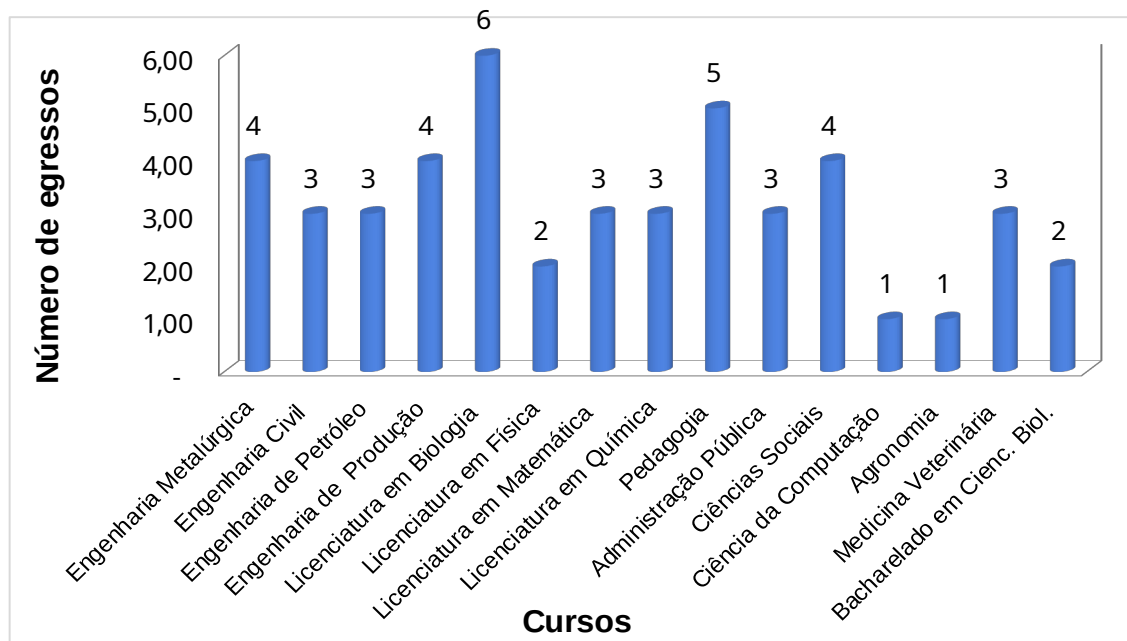
A despeito da origem social dos egressos, a maior parte deles se dedicou exclusivamente aos estudos. Averiguamos que 76,6% (n=36) dos egressos não trabalharam durante o período de escolarização e 23,4% (n=11) desenvolveram atividades remuneradas nesse período. Segundo Viana (2000), o fato de trabalhar ou não interfere decisivamente no rendimento escolar do aluno. Contudo, o estudante trabalhador não está condenado a um baixo rendimento.

Os dados relativos a cursos de língua estrangeira evidenciam que 46,8% (n=22) dos respondentes foram frequentadores. No que diz respeito aos cursinhos preparatórios, 46,8% (n=22) frequentaram e 53,2% (n=25) não o fizeram. Dentre os que fizeram curso preparatório, 68,2% (n=15) indicaram ser gratuito; 18,2% (n=4) cursaram na condição de bolsistas; e em 13,6% (n=3) das respostas, o foi pago pelos pais.

A escolha pelo curso superior e o envolvimento em atividades extracurriculares

Na Figura 1, apresentamos o número de cotistas egressos por curso ofertado na UENF.

Figura 1 – Número de egressos por curso



Fonte:

dados da pesquisa

Um percentual de 78,6% (n=37) foi aprovado no primeiro processo seletivo para ingresso no ensino superior e 21,3% (n=10), no segundo ou terceiro. Para 83% (n=39), os cursos nos quais se graduaram foram as primeiras escolhas. Um percentual de 42,6% (n= 20) respondeu que gostaria de ter cursado outros cursos. Os cursos que apareceram como desejados por esses egressos são categorizados a partir da relação candidato-vaga no processo seletivo e do rendimento no mercado de trabalho, em níveis como alto, alto/médio e médio prestígio (VARGAS, 2008). São eles: Direito, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Medicina, Farmácia, Psicologia, Jornalismo e Bacharelado em Química.

Sobre o processo de escolha por um curso superior, a premissa básica da Sociologia da Educação é de que “[...] os indivíduos não se distribuem aleatoriamente pelos cursos em função de supostas preferências ou interesses de natureza

idiossincrática” (NOGUEIRA, 2012, p. 7). Para Nogueira e Nogueira (2017), é possível falar de um processo de adequação das preferências individuais às condições objetivas de escolha dos candidatos, ou mesmo de um processo de autosseleção. O primeiro tipo é a autosseleção acadêmica, influenciada pelo grau de afinidade dos candidatos com as diferentes disciplinas cursadas na educação básica.

A segunda é a autosseleção socioeconômica, relacionada à influência do perfil socioeconômico na escolha do curso universitário. Segundo Nogueira (2004), os indivíduos com perfil social e econômico menos favorecidos e mais velhos tendem a ser mais cautelosos na escolha, optando por cursos com maior facilidade de ingresso. Ao contrário, indivíduos com perfil socioeconômico mais favorável e mais jovem se arriscam mais na escolha e optam por cursos com maior prestígio social e econômico.

Por fim, a terceira forma de autosseleção relatada pelo autor está relacionada ao gênero e à etnia do candidato. De maneira geral, existe uma tendência à feminização dos cursos ligados à área de Ciências Humanas, enquanto indivíduos do sexo masculino tendem a optar pela área de Ciências Exatas. Em relação à etnia, os sujeitos tendem a escolher cursos, e até mesmo instituições, onde enfrentarão menos preconceito ou não se sentirão sozinhos.

De acordo com Martins e Machado (2018), as pessoas do quartil de renda domiciliar per capita mais elevado são influenciadas positivamente pelo retorno esperado na hora da escolha do curso superior seja no início ou ao longo da carreira. Já a concorrência pela vaga mostrou impacto negativo na tomada de decisão dos indivíduos do quartil mais baixo de renda. Pessoas de classes mais baixas consideram a concorrência uma das barreiras ao ingresso e acabam escolhendo cursos mais fáceis de passar no exame de seleção. Além disso, dependendo do curso superior escolhido, os fatores individuais como a idade influenciam positiva ou negativamente a probabilidade de escolha do curso.

Qualquer que seja o referencial teórico por meio do qual se tente interpretar o processo de adequação das preferências às condições objetivas dos candidatos, o importante é a constatação de que as escolhas não são livres, não refletem simplesmente os gostos, preferências e interesses de natureza idiossincrática. Ao contrário, a escolha dos cursos superiores é, em grande medida, condicionada pela pressão social e pelos recursos econômicos e culturais distribuídos de maneira desigual entre os candidatos. Essa escolha socialmente condicionada é um elemento central para a perpetuação das

desigualdades e hierarquias entre cursos e áreas do conhecimento no interior do ensino superior (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017, p. 6).

Um dos efeitos esperados com a política de cotas é justamente a diminuição da autosseleção. Nesse estudo depreendemos que, apesar da origem social dos cotistas egressos das camadas populares, os percentuais de aprovados no primeiro processo seletivo e de egressos que afirmaram ter ingressado nos cursos que eram suas primeiras escolhas são altos. Da mesma forma, é alto o número de egressos que disseram que gostariam de ter ingressado em cursos mais prestigiados.

Essa constatação não nos permite afirmar que os cotistas egressos fizeram uma escolha pelo curso possível em detrimento do curso desejado. Contudo, pesquisas importantes como as de Nogueira e Nogueira (2017) e Ariovaldo (2018), que analisam o impacto do Sisu (sistema de ingresso utilizado por todos os sujeitos da pesquisa) e da política de cotas no processo de escolha pelo curso superior, elucidam que, embora o Sisu amplie as oportunidades formais de acesso aos cursos e instituições de ensino, os estudantes continuam fazendo suas escolhas constrangidos por suas condições sociais objetivas.

Nesse sentido, mesmo com a reserva de vagas, o acesso aos cursos mais seletivos permanece bastante limitado para estudantes com perfil social e escolar menos favoráveis, já que nem ela é capaz de eliminar o peso das desigualdades escolares existentes entre os candidatos. A concorrência e as notas de corte continuam a variar muito entre os cursos, mesmo dentro das cotas. Para um aluno que teve uma formação precária na educação básica, o acesso a determinados cursos se mantém interdito mesmo quando ele tem direito às cotas, e o ajustamento de suas preferências fica condicionado às possibilidades reais de aprovação, conforme as simulações do Sisu, sendo o caminho mais viável (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2017).

Por último, ressaltamos que, dos cursos apontados como desejados, apenas Engenharia Civil é oferecido pela UENF. A esse respeito Nogueira e Nogueira (2017) afirmam que, embora exista na plataforma do Sisu a possibilidade de que todos tenham acesso a cursos de todas as regiões do Brasil, na realidade, nem todos os estudantes têm os recursos necessários para se deslocar pelo país. Do mesmo modo, as condições de manutenção em cursos que exigem dedicação integral ou que envolvam custos maiores, como Medicina, também são fatores que pesam de maneira desigual no momento da escolha.

Um total de 87% (n=40) afirmou que se envolveu em atividades acadêmicas extracurriculares durante a graduação. Destes, 75% (n= 30) participaram do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e de mais algum programa de bolsa como extensão, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), monitoria, entre outras. O restante, 25% (n=10), não foi bolsista de iniciação científica, mas participou de outros programas de bolsas. No meio acadêmico, o envolvimento em atividades extracurriculares propicia o aprofundamento dos conhecimentos nas diferentes áreas e é valorizado na construção do *curriculum vitae*.

É relevante considerarmos que a UENF foi a primeira universidade brasileira onde todos os professores já ingressam portando o título de doutorado. A ênfase na pesquisa e na pós-graduação faz desta uma universidade para formar cientistas. Em 2003, o Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica (CNPq), conferido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi atribuído à UENF por ter obtido o maior percentual de ex-alunos participantes do PIBIC que concluíram cursos de mestrado e doutorado. Por força do regulamento, a instituição vencedora tem que cumprir um intervalo sem concorrer à premiação, mas assim que a UENF voltou a concorrer em 2009 foi novamente premiada.

Utilizando a tipologia de afiliação proposta por Coulon (2008), a variedade de atividades nas quais os egressos se envolveram durante os respectivos cursos de graduação é um indício de afiliação intelectual e institucional à UENF. Para serem considerados afiliados intelectualmente, os estudantes devem atender a exigências acadêmicas em termos de conteúdos intelectuais e a métodos de exposição do saber e dos conhecimentos.

Já a afiliação institucional refere-se à aprendizagem dos códigos do ensino superior, à utilização da instituição em termos de assimilação das práticas e rotinas, uma afiliação às características administrativas, ao *modus operandi*. O estudante afiliado institucionalmente é aquele que compreende e segue as normas da instituição, tanto as implícitas quanto as explícitas, atende ao seu funcionamento e aos seus prazos. A conclusão satisfatória da graduação requer este processo de afiliação, a intelectual e a institucional. O fracasso de um tipo de afiliação irá provocar consequências no equilíbrio movente dessas adaptações a um novo mundo (SAMPAIO; SANTOS, 2012).

O destino ocupacional

O percentual de adesão dos egressos às atividades extracurriculares (87%,n=40), especialmente ao PIBIC, parece ter relação com o percentual de 60,9% (n=29) de egressos que, por ocasião da aplicação do questionário, estavam cursando ou haviam concluído recentemente a pós-graduação. Destes, 69% (n= 20) haviam cursado ou estavam cursando o mestrado; 17,2% (n=5), o doutorado; e 13,8% (n=4), a especialização. Dos 39,1% (n=18) de respondentes que não ingressaram na pós-graduação, 7 trabalhavam na área de formação e 11 estavam se dedicando a atividades diferentes das suas áreas de formação.

O trabalho "Quem são os alunos e egressos cotistas negros e indígenas das universidades públicas do Brasil?" aponta que 46,8% dos sujeitos pesquisados ingressaram na pós-graduação. O nexos entre a ocupação e o nível de escolaridade demonstra que a continuidade nos estudos é uma estratégia para o aumento salarial e garantia de melhores colocações nos concursos públicos. Em alguns casos, a opção pelo mestrado com bolsa passa a ser uma alternativa de fuga ao desemprego e uma forma de manter-se atualizado no trabalho que se está realizando (BARROS, 2019).

De todo modo, a pós-graduação representa um incremento do capital cultural institucionalizado adquirido no curso de graduação.

Ao conferir ao capital cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional o certificado escolar permite estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar. Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, ele estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho - o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido (BOURDIEU, 2015b, p. 87).

Entretanto, os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante dependem também de sua raridade e pode ocorrer que os investimentos em tempo e esforços sejam menos rentáveis do que se previa quando eles foram realizados, modificando a taxa de convertibilidade entre capital escolar e capital econômico (BOURDIEU, 2015b). A convertibilidade evidencia a relação do sistema de ensino com o sistema econômico. Quanto mais difícil for o acesso ao título acadêmico

portado pelo egresso, maior será sua valorização, e quanto mais fácil o acesso, maior a desvalorização material e simbólica.

Considerações finais

Neste estudo observamos os perfis socioeconômico e cultural, as condições de escolarização, o processo de escolha pelo curso superior e o destino ocupacional de 47 cotistas egressos dos cursos de graduação da UENF. A metodologia utilizada nos oportunizou a compreensão, em uma escala macrossociológica, de que os cotistas egressos são oriundos das camadas populares da sociedade, portanto, detentores de um baixo volume de capitais econômico e cultural.

De acordo com o referencial teórico adotado, a origem social e as condições objetivas de socialização dos egressos contribuiriam para o fracasso escolar, já que, oferecidos formalmente a todos, o aprendizado e a possibilidade da excelência escolar só se realizariam plenamente entre aqueles que herdaram de seu meio social os recursos culturais necessários para atender às exigências implícitas das instituições de ensino (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2015). Para os filhos de pais menos escolarizados e mais afastados da cultura socialmente dominante, “[...] a aquisição da cultura escolar é aculturação” (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Contrariando esse destino estatisticamente provável, os sujeitos dessa pesquisa possuem trajetórias escolares prolongadas, inclusive para além da conclusão do ensino superior, já que mais de 60% ingressaram na pós-graduação. Estudando a escolarização em camadas populares numa perspectiva microssocial, a partir de entrevistas, Lahire (1997) explica os casos de sucesso nesse meio e afirma que não se pode entender as posições escolares dos alunos como reprodução necessária e direta das condições sociais, econômicas e culturais de suas famílias. As situações estudadas pelo autor não encontram explicação na transmissão da herança cultural familiar, mas em uma série de fatores como as características da configuração familiar, as práticas de leitura e de escrita, de organização das atividades domésticas da família e a relação que os pais estabelecem com os filhos, principalmente no tocante às atividades escolares, entre outros.

O principal mérito desse trabalho é justamente situar os sujeitos dessa pesquisa nos estudos de trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares.

Averiguamos alguns fatores que podem ter contribuído positivamente pra o alcance da longevidade escolar: o tamanho reduzido do grupo familiar, a ausência de retenções durante o ensino médio, a frequência em escolas federais ou escolas estaduais localizadas em cidades de pequeno porte, ausência da necessidade de conciliação entre trabalho e escola, além da afiliação à universidade demonstrada por meio da participação em atividades universitárias extracurriculares, como a iniciação científica.

Os dados levantados corroboram a ideia de ampliação das oportunidades de escolarização para um público até recentemente excluído dos cursos de graduação e, conseqüentemente, de pós-graduação brasileiros. Entretanto, fica evidente a necessidade de entendermos o papel das políticas afirmativas nessas trajetórias de sucesso escolar. Nessa perspectiva, pesquisas futuras que investiguem os fatores que contribuam para a construção de trajetórias escolares prolongadas e enfatizem papel das cotas nessas trajetórias são promissoras.

Referências

- ARIOVALDO, Thainara. C. de C. **O Sistema de Seleção Unificada e a escolha pelas licenciaturas na Universidade Federal de Viçosa**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- BARROS, Clarissa. F. do R. Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. **Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 43, p. 172-186, 2019.
- BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean. C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015a.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015b. p. 71-79.
- BOURDIEU, Pierre.; PATRICK, C. Os excluídos do interior. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 71-79.
- BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARVALHO, José. J. de. **A política de cotas no ensino superior**. Ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília: INCT, 2016.

COULON, Alain. **A condição de estudante**. A entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

DESLAURIERS Jean. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

HENRIQUE, Ana. P. G.; LACERDA, Wania. M. G. Perfis dos universitários beneficiados pela política de ação afirmativa na UFV. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 7, n. 2, p. 415-443, jul./dez. 2016.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2018.

LAHIRE, Bernard. **O Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LÁZARO, Adriano. Observatório da Lei de cotas: proposta de avaliação da lei 12.711/2012. *In*: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, V. (orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil**: reflexões e desafios para a pós-graduação. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016.

MARTINS, Felipe. dos S.; MACHADO, Danielle. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, [S.l.], v. 35, n. 1, p. e0056, 2018.

NOGUEIRA, Claudio. M. M. **Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares**: o processo de escolha do curso superior. 2004. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

NOGUEIRA, Claudio. M. M. SISU e política de reserva de vagas: igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior público? *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd 38., 2017, São Luís. **Anais** [...] São Luís: UFMA, 2017.

NOGUEIRA, Maria Alice.; NOGUEIRA, Claudio. M. M. **Bourdieu & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RAUPP, Magdala.; REICHLE, Adriana. **Avaliação**: ferramenta para melhores projetos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n.º 4.151, de 04 de setembro de 2003. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais

e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, 4 set. 2003. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/e50b5bf653e6040983256d9c00606969?OpenDocument>. Acesso em: 10 maio 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n.º 5.346, de 11 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências.

Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, 11 dez. 2008. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/1b96527e90c0548083257520005c15df?OpenDocument>. Acesso em: 10 maio 2021.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SALATA, Andre. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, 2018.

SAMPAIO, Sonia. M. R.; SANTOS, Georgina. G. dos. O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior. *In*: FÓRUM DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2012, Macau. **Anais** [...] Macau: Forges, 2012.

SILVA, Renata. M. *et al.* Analisando a crise das universidades estaduais do Rio de Janeiro como parte de um desmanche programado. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. XXVIII, p. 88-101, 2018.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.